

ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ATA

Nome da Demanda	Ata da 3ª Reunião da Comissão de Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente do Trabalho do TRT da 15ª Região	Nº da ATA	003
Assuntos da ATA	Análise, aprovação e encaminhamento dos novos indicadores do PLS, com base na Resolução CNJ nº 400/2021, de 16 de junho de 2021	Data	23/09/2021
Local	Google Meet - Remota	Horário	14:00 às 15h00

2. PARTICIPANTES

Nome
Desembargador Dr. Edmundo Fraga Lopes (Presidente da Comissão)
Desembargadora Dra. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza
Desembargador Dr. Edison dos Santos Pelegrini
Desembargadora Dra. Luciane Storel
Desembargador Dr. José Carlos Ábile (Ausência justificada)
Desembargadora Dra. Rosemeire Uehara Tanaka
Desembargador Dr. Luis Henrique Rafael
Desembargador Dr. Orlando Amâncio Taveira (Ausência justificada)
Representante da AMATRA (ausente)
Ivan Bagini - Representante do Sindiquinze
Iara Cristina Gomes - Assessoria de Gestão Estratégica
Helen da Silva Paes de Souza - Assessoria de Gestão Estratégica

3. PAUTA DA REUNIÃO

Análise, aprovação e encaminhamento dos novos indicadores do PLS, com base na Resolução CNJ nº 400/2021, de 16 de junho de 2021.

4. DETALHAMENTO DOS ASSUNTOS ABORDADOS

O Exmo. Desembargador Presidente da Comissão, Edmundo Fraga Lopes, agradeceu a presença de todos, especialmente pela aquiescência na redesignação da data da reunião, para propiciar tempo hábil para a confecção e análise do PLS, pela Assessoria de Gestão Estratégica e submissão à Comissão Gestora da Política de Responsabilidade Socioambiental da Corte, e iniciou a reunião para tratar do tema.

Inicialmente, o Presidente fez referência à última reunião da Comissão (12/8), ressaltando que naquele encontro foram discutidos alguns pontos importantes, tais como a utilização de energia fotovoltaica, ambientação dos novos servidores, plano de compensação ambiental, comemoração do Dia da Árvore, com o plantio em todas as circunscrições, etc.

O Desembargador lembrou que a ATA daquela reunião foi aprovada pela Presidência e gerado um **PROAD nº 18424/2021**, nele constando o despacho presidencial para que a Diretoria Geral observe a recomendação da Resolução 400 do CNJ, que exige mais um servidor no Comitê de Gestão (art. 15), além de um Magistrado para presidir referido Comitê (art. 18).

O Presidente ressaltou que no referido PROAD nada foi mencionado acerca do Dia da Árvore (21 de setembro), mas destacou que a Comissão de Responsabilidade Socioambiental e Meio Ambiente do Trabalho do TRT-15 realizou no Fórum Trabalhista de Bauru o plantio de árvores e distribuição de aproximadamente 100 mudas nativas da flora brasileira, para marcar o início das ações, que deverá ser replicada nas demais Varas do Trabalho, o que foi referendado por todos os integrantes da Comissão.

Finalizando, o Presidente Edmundo agradeceu a participação presencial dos integrantes desta Comissão, os Desembargadores Edison dos Santos Pelegrini e Luis Henrique Rafael, e registrou também agradecimentos pelo auxílio da Juíza Diretora do FT de Bauru, Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima, e a presença do Juiz Sérgio Polastro Ribeiro, Presidente da AMATRA XV.

O Desembargador Luis Henrique Rafael lembrou que apenas duas entidades fizeram o plantio de árvores em Bauru no dia 21 de Setembro: a Câmara Municipal e a Justiça do Trabalho, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente.

A Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza disse que provavelmente serão retomadas ainda esse ano as atividades presenciais no Tribunal e sugeriu que a Comissão elaborasse alguma ação para simbolizar esse retorno. O Desembargador Edmundo reputou excelente a ideia. Sugeriu que a Comissão volte ao tema quando efetivamente a reabertura do Tribunal estiver próxima.

A Desembargadora Luciane Storel sugeriu que o Plantio de Árvores ficasse como uma Campanha permanente no cronograma de atividades da Comissão Socioambiental, o que foi acatado pelo grupo.

Assim a Comissão, à unanimidade, eleva à Presidência a sugestão do Plantio permanente de árvores, em todas as unidades do Tribunal, circunscrições e respectivos Foros Trabalhistas, cujo início deu-se pela ação encetada no dia 21 de setembro de 2021, em Bauru (SP).

ATA DE REUNIÃO

Quanto ao PLS, o Desembargador Presidente destacou que o Tribunal está confortável quanto aos indicadores, na medida em que muitos deles foram atingidos: diminuição do consumo de papel, de energia elétrica, de copos descartáveis, pela utilização preferencial do etanol, água envasada em embalagem plástica etc., haja vista que esta Comissão, há muito sempre pautou por tais objetivos.

Assim, ressaltou que os indicadores certamente serão atingidos, bem como as metas ora delimitadas pela Resolução do CNJ serão cumpridas, mas que não devemos nos acomodar, pois sempre existem novas ações a serem encetadas e indicadores a serem superados.

A Desembargadora Luciane Storel endossou as palavras do Presidente, disse que o Tribunal já cumpre os indicadores apresentados e lembrou algumas Campanhas positivas realizadas pelo Tribunal: Campanha das Canecas e Campanha de Impressão.

A Assessora Iara Cristina Gomes disse que alguns indicadores serão atingidos se o Tribunal conseguir diminuir espaços dos ambientes. Lembrou que na última reunião da Comissão Gestora foi cuidadosamente verificado cada indicador e discutido como os gastos poderiam ser diminuídos de forma razoável. Acrescentou que os indicadores estão de acordo com a Resolução 400 do CNJ.

Nesse contexto, o Presidente disse que a ideia de redução dos espaços físicos é excelente, mas a sua efetivação deve ser a longo prazo, pois é complexa, demandando muitos estudos e readequações, haja vista envolver várias etapas, tais como a viabilidade dessa redução, sem prejuízo da prestação jurisdicional, a revisão e renovação de contratos etc.

O Desembargador Edison dos Santos Pelegrini elogiou os trabalhos da Comissão e disse que os indicadores apontados são bem razoáveis. Ressaltou que eventuais ajustes poderão ser feitos no decorrer do tempo de sua implementação e efetiva execução.

Em seguida, o Representante do Sindiquinze, Ivan Bagini, também elogiou os trabalhos da Comissão e disse que, apesar do momento de crise (pandemia), a Comissão tem rendido muitos bons frutos.

A Desembargadora Luciane Storel lembrou que todas as Comissões agora possuem uma pasta no site do Tribunal e que referidos documentos devem ser periodicamente alimentados para eventual consulta. Lembrou da necessidade de uma próxima reunião para a Comissão discutir sobre o *layout* da página e os assuntos que serão publicados.

Os membros da Comissão deliberaram que a Desembargadora Luciane Storel será a Relatora de tal demanda, e contará com a colaboração das servidoras da AGE, Iara e Helen, para pesquisar as sugestões do que deve ser inserido na página.

Com a aquiescência de todos os membros, após os debates e ponderações feitas em cada um dos indicadores constantes da Res. 400/CNJ, **foram aprovadas as sugestões** apresentadas pela Assessoria de Gestão Estratégica (que foram objeto de discussão em reunião anterior realizada com a Comissão Gestora da Política de Responsabilidade Socioambiental da Corte).

ATA DE REUNIÃO

Desse modo, os novos indicadores do PLS serão elevados à apreciação da Excelentíssima Desembargadora Presidente do Tribunal, para compor o novo Plano de Logística Sustentável 2021-2026, deste Regional.

Finalmente, visando o prosseguimento dos trabalhos para análise do conteúdo e layout da página no site, além de outros temas que surgirem no interregno, o Presidente da Comissão designou a próxima reunião para o dia **11 de novembro de 2021 (Quinta-feira), às 14h**.

Aduziu que, após confeccionada e aprovada a presente Ata, a mesma será assinada e encaminhada pelo Presidente da Comissão à Presidência do Tribunal para ciência, análise e adoção de eventuais providências.

O Presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a presente reunião.

5. APROVAÇÃO DA ATA

Preparada por	Yury Sampaio Silva	Data	27/09/2021
Revisada por	Iara Cristina Gomes	Data	29/09/2021
Divulgada por email em		Data	29/09/2021
Considerada aprovada em		Data	04/10/2021

DESEMBARGADOR EDMUNDO FRAGA LOPES
PRESIDENTE DA COMISSÃO